

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Relatório do auditor Independente acompanhado das demonstrações contábeis nº 241M6-019-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijóá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contador CRC 1RJ-081.409/O-3

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Este relatório visa fornecer uma visão abrangente das operações, desempenho financeiro e perspectivas futuras da Tijoá Participações e Investimentos S.A. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Mensagem da Administração

1. Perfil Corporativo

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá" ou "Companhia"), como concessionária da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos" ou "Usina"), é responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 03/2014-MME-UHE Três Irmãos, celebrado com a União por intermédio do Ministério de Minas e Energia para a geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às Concessionárias do Serviço Público de Distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), com prazo de vigência de 30 anos contados a partir de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, Estado de São Paulo, na região do Baixo Tietê. Possui cinco unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 206,7 MW.

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.225, reajustou a Receita Anual de Geração da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, nos termos do Contrato de Concessão para o período de 01/07/2023 a 30/06/2024.

2. Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de sociedade anônima fechada e tem como acionistas a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

3. Perspectivas da Administração

Visando agregar valor e cumprir as obrigações contratuais, para o ano de 2024, a administração se compromete a aplicar recursos significativos em diversos projetos estratégicos. Estes esforços são parte do nosso contínuo compromisso com a modernização, eficiência e sustentabilidade previstos no Contrato de Concessão e em concordância com o Plano de Desembolsos em Investimentos, Melhorias e Programas Ambientais e Fundiários da Companhia.

3.1 Projetos de Modernização e Manutenção

- Modernização do sistema digital de supervisão e controle (SDSC) das unidades geradoras e auxiliares e do quadro de comando e supervisão da comporta de emergência da unidade geradora 2.
- Recuperação de cavitação nos rotores das turbinas das unidades geradoras (UG).
- Substituição dos trocadores de calor do mancal combinado da UG-2.
- Aquisição e instalação de filtros autolimpantes para água de selagem do vedador do eixo das unidades geradoras.
- Substituição das válvulas, enchimento e testes hidrostáticos das garrafas do sistema anti-incêndio dos geradores 01 a 05.
- Serviços de remoção da corrosão e aplicação de nova proteção anticorrosiva nas comportas *stoplog* da casa de força da usina.
- Organização do arquivo técnico da usina.
- Aplicação de novo revestimento da tubulação do *by-pass* das unidades geradoras 01 a 05.
- Modernização do sistema de comando dos pórticos e pontes rolantes da usina.
- Manutenção nos instrumentos de auscultação da barragem.
- Realização de campanha de injeção de poliuretano nas infiltrações das galerias de drenagem e na sala de máquinas.
- Reforma dos banheiros.

3.2 Serviços adicionais

- Reforma de um conjunto de rodas das comportas de emergência.
- Reforma das bombas de drenagem do poço da área de montagem.
- Ensaio periódico em vasos de pressão de diversos equipamentos da usina.
- Parametrização das proteções das unidades geradoras, com base nos novos estudos de coordenação e seletividade.

3.3 Aquisições estratégicas

- Plataforma para realização de trabalhos nos rotores das turbinas da UGs 1 a 5.
- Conjunto de guarda-corpos e escadas de segurança para utilização no período de manutenção das UGs.
- Substituição de um veículo *pick-up* da frota da Companhia.

3.4 Gestão Ambiental e Fundiária

- Continuidade no planejamento e execução de projetos visando atender às condicionantes da Licença Ambiental de Operação (LO), conforme estabelecido pelas agências reguladoras.

3.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

- Avanço no projeto de Controle de Infestação do Mexilhão Dourado por Indução Genética da Infertilidade – Fase 4, com início previsto para o primeiro semestre de 2024.
- Desenvolvimento do projeto de Avaliação da Biodiversidade do Reservatório usando DNA ambiental e *metabarcoding*.

Estamos dedicados a alcançar esses objetivos em 2024 e continuamos abertos a sugestões e discussões com nossos acionistas e partes interessadas.

4. Principais Realizações de 2023

4.1 Operação e Manutenção

Em 2023, a UHE Três Irmãos desempenhou um papel estratégico no setor energético, gerando 2.346.287,71 MWh para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A usina se destacou pela alta eficiência, mantendo-se acima do índice de disponibilidade mínimo (89,581%) exigido pelo Ministério de Minas e Energia, e alcançando na última medição do ano 96,983%, um acréscimo de 1,655% em relação ao ano anterior.

Ao longo do ano, destacam-se as seguintes realizações:

- Modernização do sistema digital de supervisão e controle da Unidade Geradora (UG) 04.
- Recuperação de cavitação no rotor da turbina da UG-4 e reparo do vedador do eixo.
- Anticorrosivos e pintura nas estruturas metálicas de saída das linhas de transmissão.
- Manutenção do transformador regulador e modernização dos elevadores da usina.
- Implementação de um sistema de lubrificação de mancal guia inferior para partida lenta na UG-04, com preparação para instalação nas UGs 1, 2 e 3.
- Finalização da implantação do sistema fechado de televisão (CFTV).
- Aquisição e instalação de filtros autolimpantes para a vedação do eixo das UGs 1 e 2.
- Recuperação da parte ativa do transformador de excitação da UG-5.
- Atualização do estudo de coordenação e seletividade das proteções das UGs.
- Substituição de um veículo leve e da cobertura de policarbonato do edifício centralizado.

Além disso, a Tijoá investiu em equipamentos para otimizar a operação e garantir a segurança, como um compressor de ar para a UG-1, guarda-corpos e escadas de segurança, sistemas de monitoramento para transformadores e geradores, e um novo veículo *pick-up* para a equipe de Meio Ambiente e Gestão Fundiária.

Essas ações refletem o compromisso contínuo da Tijoá com a manutenção da excelência operacional e com a adoção de práticas sustentáveis. A companhia continua a se dedicar ao aprimoramento das instalações e equipamentos, garantindo a geração de energia de forma eficiente e responsável, ao mesmo tempo em que assegura a segurança e o bem-estar dos seus colaboradores e o respeito ao meio ambiente.

4.2 Desempenho Econômico e Financeiro

Os resultados econômico e financeiro da Tijoá para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 demonstram um desempenho sólido e em crescimento. O EBITDA de 2023 atingiu R\$ 137,5 milhões, e o Lucro Líquido foi de R\$86,5 milhões. A Receita Bruta totalizou R\$ 322.468 milhões, com uma gestão eficiente dos custos operacionais e administrativos.

	2023	2022
(+) Receita anual de geração (RAG)	322.338	289.874
(+) Outras receitas	130	12
(=) Receita bruta	322.468	289.886
(-) Tributos	(29.821)	(26.815)
(-) Encargos de geração	(119.360)	(100.396)
(-) Custos de O&M	(9.910)	(13.146)
(-) Custos com pessoal	(14.733)	(13.886)
(-) Seguros operacionais	(2.288)	(1.980)
(=) Lucro operacional	146.356	133.663
(-) Despesas gerais e administrativas	(8.779)	(7.993)
(=) EBITDA	137.577	125.670
(-) Depreciação e amortização	(6.219)	(6.066)
(-) Resultado financeiro líquido	147	1.195
(=) Lucro antes do IR e CS	131.505	120.799
(-) IRPJ e CSLL	(44.953)	(41.193)
(=) Lucro líquido do exercício	86.552	79.606

Além dos resultados financeiros positivos, a Tijoá foi reconhecida na 21ª Edição do Programa Nacional Empresa Cidadã, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro. A companhia foi premiada com o Certificado Empresa Cidadã, reconhecendo a transparência e o compromisso com as práticas contábeis, sociais e ambientais, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis e no relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro.

4.3 Recursos Humanos

Na Tijoá, a gestão de Recursos Humanos e Comunicação tem mantido uma abordagem inclusiva e participativa.

Continuamos investindo no desenvolvimento profissional de nossos colaboradores, com foco em cursos, seminários e atualizações específicas para diversas áreas. Além disso, houve investimento para capacitação em graduações e especializações, o que destaca a importância que atribuímos ao crescimento contínuo de nossa equipe.

A gestão sindical obteve êxito no fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025. O Acordo Coletivo foi aplicado em outubro, retroativo à data-base de junho, reforçando nosso comprometimento com relações trabalhistas harmoniosas e produtivas.

Em termos de benefícios, introduzimos novos benefícios e economias para a empresa e colaboradores, com atendimento em diversas áreas (Psicológica, Nutricional, Jurídica e Orientação Financeira).

Mantivemos ao longo de 2023 a contratação de diversas consultorias especializadas. Os escopos de atuação abrangeram desde a revisão de determinados processos internos, como gestão de medicina e segurança no trabalho e assessoria jurídica trabalhista.

Essas iniciativas refletem nosso compromisso contínuo com a melhoria dos processos internos e o bem-estar dos nossos colaboradores, alinhando as práticas de RH & Comunicação com as necessidades e expectativas da nossa equipe e dos objetivos estratégicos da companhia.

4.4 Meio Ambiente e Gestão Fundiária

A Tijoá mantém uma atuação responsável e em conformidade ambiental, cujo compromisso é reforçado pelo cumprimento de todas as condicionantes da Licença Ambiental (renovada em 2021), além do atendimento a outras exigências ambientais impostas por agências reguladoras como a ANA e a ANEEL.

No final de 2022, firmamos um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), com a CETESB como interveniente anuente. Esse termo, estabelecido originalmente no processo de Licenciamento Ambiental de 1990 pela CESP, foi cumprido de forma inovadora: substituímos a aquisição direta de terras por um pagamento pecuniário, com a segunda parcela quitada em 2023.

As realizações ambientais de 2023 incluem:

- A finalização das travessias no Corredor Ecológico entre a Mata do Maturi e o Parque do Rio do Peixe, seguida do plantio e início do monitoramento para restauração natural.
- O êxito do Projeto Córrego Mato Grosso, com reflorestamento de 550 hectares no entorno do reservatório.
- A ampliação das ações de Educação Ambiental, incorporando atividades para alunos com necessidades especiais em uma escola pública em Araçatuba.
- O registro de mais três lotes no Projeto de Reassentamento Nossa Senhora de Fátima.

No contexto da gestão de uso do reservatório e seu entorno, conforme as demandas do contrato de concessão, destaca-se a regularização de 402 estruturas localizadas na área de concessão, representando a resolução de 45% das irregularidades identificadas. Essa ação reflete nosso compromisso com a gestão responsável dos recursos naturais e o respeito às comunidades e ao meio ambiente.

Essas iniciativas demonstram o comprometimento da Tijoá com práticas sustentáveis e a responsabilidade ambiental. A companhia continua a liderar esforços na conservação ambiental e na gestão fundiária responsável, garantindo não apenas a conformidade com as normativas ambientais, mas também contribuindo para um impacto positivo no ecossistema e nas comunidades locais. Através dessas ações, reforçamos nosso papel como uma organização consciente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

5. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, fornecedores, clientes e, em especial, a nossos colaboradores, que foram fundamentais para as conquistas de 2023.

Atenciosamente,

Conselho de Administração e Diretoria

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.732	11.426
Aplicação financeira vinculada	5	383	346
Contas a receber	6	29.429	26.352
Impostos a recuperar	7	877	831
Materiais em estoque		-	-
Partes relacionadas	0	-	-
Outros créditos	8	3.788	4.683
Total do ativo circulante		<u>49.209</u>	<u>43.638</u>
Ativo não circulante			
Depósito caução - aluguel		42	42
Outros créditos	8	93	103
Impostos diferidos	24(a)	537	644
Imobilizado	9	61.562	59.149
Intangível	10	32.655	37.361
Total do ativo não circulante		<u>94.889</u>	<u>97.299</u>
Total do ativo		<u>144.098</u>	<u>140.937</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Contas a pagar	11	11.168	12.639
Encargos do setor	12	14.818	13.214
Partes relacionadas	13	1.028	847
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	2.039	2.050
Provisões participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	1.580	2.057
Impostos e contribuições a recolher	16	4.133	3.368
Dividendos a pagar	18.3	8.000	-
Total do passivo circulante		42.766	34.175
Passivo não circulante			
Contas a pagar	11	15.846	22.814
Provisão para riscos judiciais	27	-	182
Obrigações especiais	17	25.561	26.599
Total do passivo não circulante		41.407	49.595
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	18.2	46.124	43.366
Total do patrimônio líquido		59.925	57.167
Total do passivo e patrimônio líquido		144.098	140.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	19	274.478	256.152
Custo dos produtos e serviços	20	(133.871)	(128.202)
Lucro bruto		140.607	127.950
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(9.249)	(8.346)
Lucro antes do resultado financeiro		131.358	119.604
Receitas financeiras	22	2.083	2.064
Despesas financeiras	22	(1.936)	(869)
Resultado financeiro		147	1.195
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		131.505	120.799
IRPJ e CSLL - corrente	24(b)	(44.846)	(41.309)
IRPJ e CSLL - diferido	24(b)	(107)	116
Lucro líquido do exercício		86.552	79.606
Lucro por ação - Em R\$	18.4	6,27	5,77

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado do exercício	----- 86.552	----- 79.606
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	----- <u>86.552</u>	----- <u>79.606</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021		13.801	2.760	31.690	-	48.251
Lucro líquido do exercício		-	-	-	79.606	79.606
Constituição de reservas		-	-	40.606	(40.606)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(31.690)	-	(31.690)
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	-	(39.000)	(39.000)
Em 31 de dezembro de 2022	18	13.801	2.760	40.606	-	57.167
Lucro líquido do exercício		-	-	-	86.552	86.552
Constituição de reservas		-	-	42.552	(42.552)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(39.794)	-	(39.794)
Proposição de distribuição de dividendos		-	-	-	(44.000)	(44.000)
Em 31 de dezembro de 2023	18	13.801	2.760	43.364	-	59.925

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	131.505	120.799
	131.505	120.799
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Reversão de provisão para riscos judiciais	(42)	162
Depreciações e amortizações	7.257	7.104
Obrigações especiais	(1.038)	(1.038)
Resultado ajustado	<u>137.682</u>	<u>127.027</u>
Decréscimo/(acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(3.077)	(3.058)
Impostos a recuperar	(46)	(503)
Outros créditos	905	194
Decréscimo/(acrécimo) de passivos		
Fornecedores	(8.439)	2.231
Encargos do setor	1.604	680
Partes relacionadas	181	182
Salários e encargos sociais a recolher	(11)	184
Provisões PLR, gratificações, bônus e encargos	(477)	209
Impostos e contribuições a recolher	(3.333)	(3.525)
Provisão para riscos judiciais	(140)	-
Impostos e contribuições pagos	(40.748)	(38.320)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>84.101</u>	<u>85.301</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5.200)	(16.869)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	236	990
Aplicação financeira vinculada	(37)	7.221
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(5.001)</u>	<u>(8.658)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(75.794)	(70.690)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(75.794)</u>	<u>(70.690)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.306</u>	<u>5.953</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.426	5.473
No final do exercício	14.732	11.426
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.306</u>	<u>5.953</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
1. Receitas	322.468	289.886
Vendas produtos e serviços	322.468	289.886
2. Insumos adquiridos de terceiros	(143.590)	(124.462)
Custos dos produtos e serviços	(129.670)	(109.923)
Materiais, serviços e outros	(13.920)	(14.539)
3. Valor adicionado bruto (1 - 2)	178.878	165.424
4. Retenções	(6.219)	(6.029)
Depreciação e amortização	(6.219)	(6.029)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)	172.659	159.395
6. Valor adicionado recebido em transferência	2.083	2.064
Receitas financeiras	2.083	2.064
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	174.742	161.459
8. Distribuição do valor adicionado	174.742	161.459
Pessoal	18.949	15.086
Remuneração direta	11.491	9.839
Benefícios	6.692	4.525
FGTS	766	722
Impostos, taxas e contribuições	67.206	65.876
Federais	67.169	65.842
Estaduais	19	17
Municipais	18	17
Remuneração do capital de terceiros	2.035	891
Juros	1.923	372
Aluguéis	100	22
Outras	12	497
Juros sobre capital próprio e dividendos	44.000	39.000
Dividendos	44.000	39.000
Lucros retidos	42.552	40.606
Lucros retidos	42.552	40.606

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através do Ministério de Minas e Energia (MME).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

A Usina localiza-se no município de Andradina-SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela diretoria em 25 de janeiro de 2024.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.

ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

d) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado**

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, Anexo à Resolução Normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem gastos socioambientais e direitos de uso de software. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas nas Nota Explicativa no 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

j) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	56	93
Aplicações financeiras	14.676	11.333
Total	14.732	11.426

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

As aplicações financeiras equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo está aplicado em Compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados às taxas de 60% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo estava aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerado às taxas de 100,2% e 101% do CDI. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras - Fiança	383	346
Total	383	346

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da conta está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB), em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta de fiança da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

6. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia - CCGF	29.429	26.352
Total	29.429	26.352

Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), e faturadas conforme Contrato de Cotas de Garantia Física (CCGF).

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	29.429	26.352
Total	29.429	26.352

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração da Companhia decidiu que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas estimadas.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
INSS a recuperar	29	29
PIS a recuperar não cumulativo	151	143
Cofins a recuperar não cumulativo	697	659
Total	877	831

8. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	2.292	1.998
Carta fiança	173	161
Adiantamento fornecedores	276	-
Adiantamento de férias e 13º salário	22	35
Outros	4	-
Projetos de P&D (*)	1.021	2.489
Total circulante	3.788	4.683
Bloqueios judiciais trabalhistas	90	100
Bloqueios judiciais cíveis	3	3
Total não circulante	93	103
Total	3.881	4.786

(*) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei nº 14.120/2021, o projeto “DNA Ambiental e Metabarcoding” tem previsão para conclusão no ano de 2024. O projeto “Mexilhão Dourado” – Fase 3 foi concluído durante o exercício de 2023.

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativo de direito de uso (a)	Máquinas e equipamentos (b)	Adiantamento a fornecedores	Edificações, obras civis e benfeitorias terceiros	Peças sobressalentes	
Saldo em											
31 de dezembro de 2021	40.955	401	219	1.458	203	-	3.360	156	2.341	3.898	52.991
Adições	-	-	-	-	-	289	3.932	1.454	3.558	67	9.300
Transferências	10.036	37	7	-	-	-	(3.938)	(156)	(5.899)	(132)	(45)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(781)	-	-	(209)	(990)
Depreciação	(1.931)	(90)	(17)	(30)	(8)	(31)	-	-	-	-	(2.107)
Saldo em											
31 de dezembro de 2022	49.060	348	209	1.428	195	258	2.573	1.454	-	3.624	59.149
Adições	24	317	-	-	-	-	1.691	3.147	-	21	5.200
Transferências	5.992	-	-	-	21	-	(1.627)	(4.517)	-	131	-
Baixas	(12)	(88)	-	-	-	-	(2)	(3)	-	(131)	(236)
Depreciação	(2.250)	(99)	(18)	(30)	(9)	(145)	-	-	-	-	(2.551)
Saldo em											
31 de dezembro de 2023	52.814	478	191	1.398	207	113	2.635	81	-	3.645	61.562
Taxa média de depreciação %	7%	14%	6%	2%	3%	50%					

(a) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação; e

(b) Os valores referem-se, principalmente, ao projeto de Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC).

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE, Anexo à resolução normativa nº 674/2015, de agosto de 2015 aprovada pela ANEEL.

10. Intangível

	Gastos socioambientais	Licenças de uso e Software	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	624	3.846	4.470
Adições (**)	37.843	-	-	37.843
Transferências (*)	3.846	45	(3.846)	45
Amortização	(4.609)	(388)	-	(4.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.080	281	-	37.361
Amortização	(4.608)	(98)	-	(4.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.472	183	-	32.655
Taxa média de amortização %	17%	20%	-	

- (*) Refere-se a itens transferidos do imobilizado para o intangível para melhor classificação contábil. Substancialmente o saldo refere-se à benfeitoria na UNESP, conforme convênio assinado para cinco anos, sendo amortizado pelo prazo do contrato. Em 2022 o valor foi transferido do grupo de benfeitorias em imóveis de terceiros para gastos socioambientais; e
- (**) O valor registrado refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 23 de dezembro de 2022. Esses gastos socioambientais estão associados à licença de operação e como beneficiarão mais de um exercício, foram classificados no ativo intangível. Serão amortizados pelo prazo de vigência da licença ambiental. (Vide Nota Explicativa nº 11).

11. Contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Material e serviços (a)	3.137	4.923
Passivo de arrendamento	108	148
Obrigações socioambientais (b)	7.923	7.568
Total circulante	11.168	12.639
Passivo de arrendamento	-	108
Obrigações socioambientais (b)	15.846	22.706
Total não circulante	15.846	22.814

- (a) É composta principalmente por saldos a pagar a fornecedores de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado; e
- (b) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para a obtenção da Licença. O valor da compensação ambiental objeto deste TCCA foi calculado considerando os valores para ampliação do Parque Estadual Rio do Peixe e para reflorestamento da Reserva Lagoa São Paulo, correspondendo a R\$ 37.843, que será pago em cinco parcelas anuais e subsequentes, em 2023 foi realizado o pagamento da segunda parcela. As parcelas anuais são atualizadas pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Obrigações socioambientais (b)	31/12/2023	31/12/2022
A vencer 2023	-	7.568
A vencer 2024	7.922	7.568
A vencer 2025	7.923	7.569
A vencer 2026	7.923	7.569
Total	23.769	30.274

12. Encargos do setor

	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	2.961	4.208
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	56	57
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	3.170	647
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Conexão (TUST)	8.631	8.302
Total	14.818	13.214

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei nº 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

13. Partes relacionadas

	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.028	(11.509)	847	(9.603)
Total	1.028	(11.509)	847	(9.603)

O saldo do passivo e resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se aos valores referentes ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	587	597
Provisões para férias e encargos	1.386	1.398
Honorários da administração e encargos	66	55
Total	2.039	2.050

15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de PLR/gratificações e encargos para empregados	880	1.712
Provisão de bônus e encargos para administração	700	345
Total	1.580	2.057

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF PJ retido de terceiros	10	18
PIS, Cofins e CSLL retidos de terceiros	30	50
INSS retido de terceiros	49	43
ISS retido de terceiros	17	40
IRPJ a recolher	1.410	1.172
CSLL a recolher	969	549
PIS a recolher	294	267
Cofins a recolher	1.354	1.229
Total	4.133	3.368

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta "Obrigações especiais – Passivo não circulante".

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações especiais	25.561	26.599
Total	25.561	26.599

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
Total	13.801	13.801

18.2. Reservas

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal (i)	2.760	2.760
Reserva de lucros	42.552	40.606
Reserva para futuros investimentos (ii)	812	-
Total de reservas	46.124	43.366

(i) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

(ii) Reserva para futuros investimentos constituída no montante de R\$ 812 mil, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2023.

18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	86.552	79.606
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(42.552)	(40.606)
(-) Dividendos propostos/pagos	(44.000)	(39.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no exercício, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

Em 29 de março de 2022, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de parte do lucro de 2021 no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em abril de 2022.

Em 05 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo do lucro de 2021 no montante de R\$ 16.690 e dividendos intermediários no montante de R\$ 3.000 pagos aos acionistas em julho de 2022.

Em 07 de outubro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.000 e pagos aos acionistas em outubro de 2022.

Em 30 de novembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2022.

Em 31 de março de 2023, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos de parte do lucro de 2022 no montante de R\$ 30.000 pagos aos acionistas em abril de 2023. E o saldo remanescente de dividendos de 2022, no montante de R\$ 9.794, pagos aos acionistas em maio de 2023.

Em 25 de agosto de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 20.000 pagos aos acionistas em agosto de 2023.

Em 09 de novembro de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 16.000 pagos aos acionistas em novembro de 2023.

Em 22 de dezembro de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 8.000 pagos aos acionistas em janeiro de 2024.

18.4. Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	86.552	79.606
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
Lucro por ação - Em R\$	6,27	5,77

19. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas (ou serviços)	322.468	289.886
Deduções da receita		
(-) Programa de integração social (PIS)	(5.319)	(4.783)
(-) Contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins)	(24.502)	(22.031)
(-) Encargos setoriais (*)	(18.169)	(6.920)
(-) Total deduções da receita operacional	(47.990)	(33.734)
Receita operacional líquida	274.478	256.152

(*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH); Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

20. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Custo serviços de terceiros	(9.070)	(11.496)
Custo com pessoal	(14.551)	(14.048)
Custos com encargos do setor (*)	(111.502)	(103.003)
Materiais	(1.308)	(1.383)
Depreciação	(1.141)	(830)
Amortização	(4.608)	(4.883)
Seguros	(2.288)	(1.980)
Aluguéis	(62)	(62)
(-) Créditos de PIS e Cofins	10.691	9.775
Outros	(32)	(292)
Total	(133.871)	(128.202)

(*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.952)	(1.991)
Bônus e encargos da administração	(1.539)	(345)
Pessoal e encargos	(3.854)	(3.838)
Serviços de terceiros	(938)	(1.283)
Viagens	(229)	(132)
Depreciação	(372)	(239)
Amortização	(98)	(114)
Materiais	(99)	(100)
Ocupação	(108)	(218)
Aluguéis	(37)	(9)
(-) Créditos de PIS e Cofins	15	14
Outros	(38)	(91)
Total	(9.249)	(8.346)

22. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	2.041	1.993
Outras receitas financeiras	42	71
Total	2.083	2.064
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(239)	(322)
Atualizações monetárias	(1.620)	(155)
Outros juros e multas	(77)	(392)
Total	(1.936)	(869)
Resultado financeiro	147	1.195

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro – fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

c) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos patrimoniais

	31/12/2023	31/12/2022
Diferença temporária - PLR/Gratificações	880	1.712
Diferença temporária - bônus e encargos da administração	700	-
Diferença temporária - provisões para litígios	-	182
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	537	644

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	131.505	120.799
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal	44.712	41.072
(Adições)/exclusões temporárias (a)	(224)	116
(Adições)/exclusões permanentes (b)	382	365
Lei do Bem	-	(220)
Outros (c)	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(44.846)	(41.309)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(107)	116
Total	(44.953)	(41.193)
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações; e

(c) Parcela isenta do adicional do imposto de renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A seguir, demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2024	30.000	31
Riscos operacionais	07/11/2024	2.688.518	2.560
D & O	30/07/2024	25.000	34
Risco conteúdo	14/02/2024	600	1
Veículos	20/05/2024	632	19

26. Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de outubro de 2023, foi aprovado pelas acionistas o valor para a remuneração global da Administração e Conselho Fiscal para o ano de 2023, no valor de R\$ 3.491.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Provisão para riscos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de dezembro de 2023 (R\$ 182 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação desta provisão está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	182	20
Reversão	(42)	(20)
Constituição	-	182
Pagamento	(140)	-
Saldo no fim do exercício	-	182

As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Riscos trabalhistas	251	1.636
Riscos cíveis	441	-

28. Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2024, os acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras reunidos em AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Furnas - Centrais Elétricas S.A. (acionista da Companhia). A incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras, após a verificação das condições suspensivas.

* * *